

Intervenção do Ministro das Finanças no Congresso Nacional dos Economistas

Fundação Calouste Gulbenkian

Quarta-feira, 25 de outubro, 10h20

[Como preparado para ser proferido]

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Portuguesa,
Excelentíssimo Senhor Bastonário da Ordem dos Economistas,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho de Escola do ISEG,
Caro Vítor Constâncio,
Minhas senhoras e meus senhores,

Felicitto a Ordem dos Economistas pela ambição colocada na realização deste Congresso Nacional dos Economistas, pela oportunidade dos temas selecionados, pelo notável grupo de oradores que por aqui passarão nos próximos dois dias.

Aproveito a ocasião para saudar calorosamente o professor Vítor Constâncio, uma referência para todos nós economistas, e a merecida homenagem de hoje.

Relembro os tempos enquanto estudante de economia, há quase 30 anos, e a forma como ouvia aqueles que, não sendo meus professores, tanto me ensinaram sobre o país e sobre a ciência que então abraçara. Silva Lopes, João Ferreira do Amaral e destacadamente Vítor Constâncio.

Aqui chegados, e se me perdoarem a ironia, lembraria aquele adágio segundo o qual para quem tem um martelo, todos os trabalhos parecem pregos. Ora, para um ministro das Finanças na segunda quinzena de outubro, todos os debates são sobre o Orçamento do Estado.

É sobre ele que gostaria de vos falar. Não tanto sobre o detalhe das suas medidas, mas sobre os desafios e a estratégia que desenhámos para os enfrentar.

*

Começo por quatro pontos fundamentais sobre a envolvente externa que condicionarão o ano de 2024. No fundo, os fatores que não controlamos e que muito influenciarão o campo das escolhas políticas.

Em primeiro lugar, a elevada incerteza geopolítica, adensada nas últimas semanas pelo conflito no Médio Oriente.

A única certeza ao dia de hoje é que não sabemos se o caminho será o de contenção do conflito ou, pelo contrário, o seu alastramento à região. Escuso-me a desenvolver aqui as consequências desse cenário.

Em segundo lugar, um abrandamento na economia europeia, incluindo as economias de alguns dos nossos principais parceiros comerciais. Isto é já evidente em países como a Alemanha, e nos que orbitam mais diretamente em seu redor.

Em terceiro lugar, um ambiente de inflação em queda, mas ainda elevada, e que pode ser pressionada pelos efeitos dos desenvolvimentos geopolíticos.

Em quarto lugar, as taxas de juro altas que com probabilidade se prolongarão pelo ano de 2024, e que constituem o mais recente desafio às finanças familiares e empresariais.

Em síntese, estes são os sinais mais fortes, em sentido negativo, que nos chegam do exterior. Mas o quadro envolvente não ficaria

completo se não opusermos às pressões externas as resistências da nossa economia.

Em primeiro lugar, a estabilidade política e social. Ao contrário de vários países, onde a inflação expôs a fragilidade das soluções políticas, em Portugal beneficiamos de estabilidade política e de capacidade de compromisso social, bem demonstrada nos acordos de rendimentos, preços e competitividade há pouco reforçados, e do acordo com a Função Pública.

Em segundo lugar, o facto de em 2024 nos aproximarmos da velocidade de cruzeiro na execução do investimento público associado ao Plano de Recuperação e Resiliência e ao arranque do PT 2030.

Em terceiro, quarto e quinto lugares, merecem destaque a força do mercado de trabalho, a força do setor exportador e a crescente credibilidade financeira do país. Permitam-me que detalhe um pouco mais estas três dimensões.

Começo pelo emprego. O número de trabalhadores em Portugal aproxima-se dos 5 milhões, no que constitui um novo máximo histórico e se traduz num aumento de perto de 20% da população

empregada em cerca de dez anos. Ao mesmo tempo, as remunerações crescem de forma robusta, começando a compensar os efeitos da inflação.

Esta evolução beneficiou do contributo positivo dos fluxos migratórios. Perante os riscos de um inverno demográfico no Ocidente, a que Portugal não é alheio, importa valorizar a capacidade de atração e de acolhimento de imigrantes no País.

Desde 2017 que assistimos a saldos migratórios positivos, num total acumulado de 323 mil pessoas. Hoje, 600 mil trabalhadores estrangeiros integram a nossa força de trabalho, ou seja, cerca de 13% da nossa força de trabalho são imigrantes.

Mas não é apenas em quantidade que o mercado de trabalho mostra a sua força. É também em qualidade.

Entre 2015 e 2022, a população empregada com ensino secundário ou superior passou de 2,2 milhões (52% do total) para 3,2 milhões (66% do total). Isto é, mais 1 milhão de postos de trabalho de média e alta qualificação. Só com ensino superior temos mais 564 mil empregos do que em 2015. No mesmo sentido, o número de

trabalhadores com qualificação até ao 3º ciclo inclusive, diminuiu em mais de meio milhão.

Em menos de duas décadas abandonámos a cauda da OCDE para estarmos hoje no topo quanto à percentagem de jovens que entram no mercado de trabalho com o ensino secundário completo. De pouco mais de 40% em 2005, passámos para mais de 85%.

A transformação não se ficou pelos jovens. Em 2015, a população com idades entre os 15 e os 39 anos com ensino secundário ou superior completos não chegava aos 60% do total e ficava longe dos 71% registados na União Europeia. Hoje, estamos alinhados nos 72%.

Temos mais e melhor emprego. O que também ajuda a explicar a força do nosso mercado exportador.

*

Minhas senhoras e meus senhores,

As exportações de bens e serviços superaram este ano pela primeira vez na história os 50% do PIB. Eram 40,6% em 2015 e 35% poucos

anos antes. São mais 46 mil milhões de euros exportados do que em 2015.

O turismo deu um contributo valioso, como todos sabemos. Mas a transformação vai muito além do turismo.

E vê-se em setores industriais modernos, como a metalomecânica, os moldes e o automóvel, nas máquinas e nos aparelhos elétricos, na indústria farmacêutica. O aumento das exportações das 10 indústrias com desempenho mais relevante entre 2015 e 2022 foi superior a 17 mil milhões de euros – isto corresponde quase ao dobro do crescimento nominal verificado no turismo.

Como se vê também nos serviços qualificados e nas Tecnologias de Informação e Comunicação. Por exemplo, as vendas ao exterior de serviços de telecomunicação, informáticos e de informação são hoje três vezes superiores às registadas em 2015, atingindo os 3,7 mil milhões de euros no ano passado.

O seu peso no total das exportações de serviços, embora reduzido ainda, quase duplicou, ganhando também um peso inédito no emprego. Desde 2015, um em cada cinco empregos criados no setor

privado ocorreram nos setores de tecnologias de informação, comunicação, consultoria, ciência e imobiliário.

Esta transformação do mercado de trabalho tem vindo mesmo a acelerar. Um em cada três dos empregos criados desde 2019 ocorreu nestes setores, onde o salário médio é de 1800 euros. refletindo a maior produtividade.

Isso ajuda a explicar o aumento de produtividade em 2022 de 4,6%, antecipando-se crescimentos próximos de 2% até 2025. O que é o dobro do ritmo registado entre 2000 e 2015.

Somos também um destino cada vez mais atrativo para o investimento estrangeiro, que se vem ajustando à reconfiguração das cadeias de produção a nível global.

O stock de investimento direto estrangeiro (IDE) em Portugal aumentou 40% desde 2015 e 25% desde os primeiros três meses de 2019. No final do segundo trimestre deste ano, representava já perto 70% do PIB (174 mil milhões de euros).

De acordo com o Ernest&Young Investment Monitor de 2023, Portugal foi o 6º país com maior captação de projetos de IDE em

2022, tendo mesmo sido o que mais cresceu. A capacidade de atração de IDE face a outros países europeus é corroborada por relatórios de outras instituições.

Em suma, somos um país mais aberto, mais competitivo e mais qualificado e vemos isso no dia a dia do nosso tecido económico.

Finalmente, como quinto fator de resiliência, destaco a credibilidade económica e financeira do país. Credibilidade reforçada pelas exportações e pela redução do endividamento externo. Mas também, e inquestionavelmente, pela estratégia que temos seguido de manter contas públicas equilibradas e uma redução significativa de dívida pública, que se aproximará dos 100% do PIB este ano.

Como sublinhamos no relatório do Orçamento do Estado, ainda que persista em Portugal um nível de dívida pública elevado e acima da média da área do euro, o custo de financiamento da República Portuguesa é, por esta altura, inferior ao de 11 outros Estados-Membros da União Europeia num prazo a dez anos. Incluindo o de economias com notações de rating superiores, como são exemplos a Espanha ou a Eslovénia.

Estes desenvolvimentos garantem poupanças concretas e relevantes para as famílias com despesas com juros que não terão de ser compensadas por impostos. Mas garantem também custos de financiamento mais baixos, incluindo para as empresas.

*

Minhas senhoras e meus senhores,

Perante este cenário, a resposta do Orçamento do Estado assenta em três prioridades.

Perante a perspetiva de abrandamento externo e elevadas taxas de juro, **a primeira prioridade é um reforço dos rendimentos** visando apoiar famílias e empresas e suportar a procura interna. Procura-se a compensação a três anos do aumento de inflação.

Neste primeiro eixo inclui-se uma expressiva descida do IRS, a valorização das pensões e das prestações sociais acima da inflação, um conjunto medidas direcionadas para jovens, os aumentos dos funcionários públicos, bem como um importante pacote de medidas para mitigar os custos com a habitação.

Perante o risco de abrandamento da atividade no país, **a segunda prioridade do Orçamento do Estado é a promoção do investimento**, visando aumentar a produtividade e a competitividade da economia.

Neste eixo, para lá do reforço do investimento público que alinhará com o ritmo de execução do PRR, destaca-se um importante incentivo à capitalização empresarial.

Num contexto de taxas de juros elevadas este é um instrumento ainda mais vantajoso para promover o reforço dos capitais próprios como alternativa ao endividamento. Investir com capitais próprios será sempre, do ponto de vista fiscal, mais vantajoso do que investir com capital alheio.

Finalmente, perante um contexto financeiro exigente, **a terceira prioridade centra-se na proteção do futuro**. Aqui destaca-se a manutenção de contas públicas equilibradas, com uma dívida pública já abaixo de 100% do PIB em 2024. Será a primeira vez desde 2009 que Portugal registará um valor de dívida pública inferior ao PIB. Tal colocará Portugal com um rácio de dívida solidamente

afastado da Bélgica, Espanha, França, Itália ou Grécia, saindo em definitivo do grupo dos países europeus mais endividados.

Ao mesmo tempo, e graças ao dinamismo do mercado de trabalho, garantimos em 2022 e 2023 o maior reforço do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social desde que este foi criado – num total de 5,7 mil milhões de euros no conjunto dos dois anos.

E aplicaremos o saldo orçamental positivo deste ano, bem como futuras poupanças com PPP, não em despesa corrente permanente, mas num Fundo para o Investimento Estruturante pós-2026, quando não contarmos com o PRR.

Com estas três prioridades conseguiremos reforçar a resiliência do país, defender o emprego e os salários, e manter a convergência económica com a área do euro em 2024, tal como já aconteceu em sete dos últimos oito anos.

Muito obrigado.